

**AS HISTORIADORAS
E O(S) GÊNERO(S) NA
ESCRITA DA HISTÓRIA**

Pioneiras nos estudos
históricos brasileiros

Volume

I



SOCIEDADE BRASILEIRA
DE TEORIA E HISTÓRIA
DA HISTORIOGRAFIA

Diretor de Publicações

André de Lemos Freixo (UFOP)

Conselho Científico e Editorial de Publicações

Presidente: Durval Muniz de Albuquerque Jr. (UFRN)

Membros:

Alexandre Avelar (UFU)

Beatriz Vieira (UERJ)

Carlos Fico (UFRJ)

Cássio Fernandes (UNIFESP)

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

Estevão de Rezende Martins (UnB)

Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)

Helena Mollo (UFOP)

Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)

João Paulo G. Pimenta (USP)

Julio Bentivoglio (UFES)

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)

Luiz Costa Lima (PUC-Rio)

Mara Cristina Rodrigues (UFRGS)

Marcelo Gantus Jasmin (PUC-Rio)

Marcia Barbosa Mansor D'Alessio (UNIFESP)

Marcia de Almeida Gonçalves (UERJ)

Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)

Sérgio da Mata (UFOP)

Valdeci Lopes de Araujo (UFOP)



Conselho Editorial CEDHAL

Universidade de São Paulo

Carlos de Almeida Prado Bacellar, Universidade de São Paulo

Hernán Ramiro Ramírez, Unisinos

Horacio Gutiérrez, Universidade de São Paulo

Jesús J. Barquet, New Mexico State University

José Alberto de la Fuente, Universidad de Santiago de Chile

Marcela Vignoli, Conicet / Universidad Nacional de Tucumán

Márcio Ferreira da Silva, Universidade de São Paulo

María Mónica Arroyo, Universidade de São Paulo

Patrícia Melo, Universidade Federal do Amazonas

Régia Agostinho da Silva, Universidad Federal do Maranhão

Esta obra recebeu *auxílio publicação*, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Edital n. 013/2015 – Memórias Brasileiras: Biografias, que contemplou o projeto: “Biografias intelectuais: trajetórias de pesquisadoras pioneiras nos estudos históricos brasileiros”, com vigência entre Nov./2016 e Nov./2019, auxílio n. 2003/2016, processo n. 88881.130669/2016-01.

Diogo Roiz
Rebeca Gontijo
Tânia Zimmermann
(organização)

**AS HISTORIADORAS
E O(S) GÊNERO(S) NA
ESCRITA DA HISTÓRIA**

Pioneiras nos estudos
históricos brasileiros

Volume I

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I : pioneiras nos estudos históricos brasileiros – volume 1 / organização Diogo Roiz, Rebeca Gontijo, Tânia Zimmermann. – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2022.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86089-34-9

1. Brasil – História 2. Historiadoras – Brasil 3. História – Estudo e ensino
4. História – Pesquisa 5. Historiografia I. Roiz, Diogo. II. Gontijo, Rebeca.
III. Zimmermann, Tânia.

22-123677

CDD-981.0072

Índices para catálogo sistemático:

1. Historiografia : Brasil : História 981.0072

capa e gerência editorial: Vanderlei Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final dos autores
bibliotecária: Eliete Marques da Silva – CRB-8/9380

Esta obra conta com o apoio
para publicação da
CAPES

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefáx: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2022

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **7**

Maria Helena Rolim Capelato

PREFÁCIO **9**

Maria da Glória de Oliveira

Introdução

BIOGRAFIAS INTELCTUAIS: TRAJETÓRIAS
DE PESQUISADORAS PIONEIRAS NOS
ESTUDOS HISTÓRICOS BRASILEIROS **13**

Diogo Roiz, Rebeca Gontijo e Tânia Zimmermann

ALICE PIFFER CANABRAVA **47**

Otávio Erbereli Júnior

MARIA YEDDA LINHARES **75**

João Frago

EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO **97**

Carlos Gabriel Guimarães

ANITA WAINGORT NOVINSKY **109**

*Lina Gorenstein, Eneida Ribeiro, Daniela Levy e
Renata Rosental Sancovsky*

MYRIAM ELLIS **129**

André Dione Fonseca e Wellington Castellucci Junior

MARIA THÉTIS NUNES **153**

João Paulo Gama Oliveira

CECÍLIA WESTPHALEN **183**

Daiane Machado

EMÍLIA VIOTTI DA COSTA **207**

Tânia Regina Zimmermann e Ilsyane Kmitta

MARIA THEREZA SCHORER PETRONE **223**

Jonas Rafael dos Santos

MARIA SYLVIA DE CARVALHO FRANCO **251**

Magali Gouveia Engel

- KATIA DE QUEIRÓS MATTOSO **275**
Evergton Sales Souza e João José Reis
- LAIMA MESGRAVIS (ENTREVISTA) **293**
Jonas Rafael dos Santos
- MARIA LUIZA MARCÍLIO **327**
Diogo Roiz
- MARIA DE LOURDES MONACO JANOTTI **363**
Diogo Roiz e Jonas Rafael dos Santos
- MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA (ENTREVISTA) **395**
Daiane Machado
- AUTOBIOGRAFIA: MEMÓRIA **421**
Suely Robles Reis de Queiroz
- MARIA ODILA LEITE DA SILVA DIAS **439**
Diogo Roiz e Karina Anhezini
- ANNA MARIA MARTINEZ CORRÊA **477**
Horacio Gutiérrez e Jonas Rafael dos Santos
- AUTOBIOGRAFIA: UMA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL:
PERCURSO INDIVIDUAL, QUESTÕES COLETIVAS **501**
Raquel Glezer
- NANCI LEONZO (ENTREVISTA) **517**
Diogo Roiz
- ELZA NADAI **527**
Tiago Alinor Hoissa Benfica
- SANDRA JATAHY PESAVENTO **563**
Nádia Maria Weber Santos
- MEMORIAL: ENI DE MESQUITA SAMARA E A PESQUISA HISTÓRICA **591**
Horacio Gutiérrez
- MEMORIAL **599**
Eni de Mesquita Samara
- CAMINHOS QUE SE ABREM PARA NOVAS INVESTIGAÇÕES **643**
Diogo Roiz, Rebeca Gontijo e Tânia Zimmermann
- SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES **653**

APRESENTAÇÃO

A historiografia brasileira tem registrado, nos últimos anos, muitas pesquisas sobre as mulheres que marcaram época no Brasil.

No entanto, havia uma lacuna nesses estudos sobre as mulheres historiadoras que, desde as últimas décadas do século XX, tem se destacado pela sua presença na Academia na condição de docentes, pesquisadoras e administradoras.

É muito bem vindo este livro que tenho a grande satisfação de apresentar, até porque poderá ser um marco divisor para passarmos a compreender a história da historiografia brasileira. Os organizadores desta coletânea fizeram escolhas louváveis, apresentando, ao leitor, as “pioneiras nos estudos históricos brasileiros” que se destacaram pela realização de relevantes pesquisas e muito contribuíram para a excelência da historiografia brasileira. Cabe ressaltar, também, a importância das historiadoras que se dedicaram à construção de um novo campo de pesquisa, ou seja, os estudos de gênero.

O livro registra a ousadia de mulheres que, em tempos nos quais a figura feminina era relegada à condição de “donas do lar”, frequentaram a academia, fizeram parte dela realizando pesquisas e ensinando história. Foi nos anos 30 do século passado que pioneiras como Alice Canabrava, Olga Pantaleão e Mafalda Zamella começaram a mostrar seu valor no campo da história. Com seus trabalhos fundantes, desbravaram o caminho para suas sucessoras nas décadas posteriores, contempladas no segundo e no terceiro livro dessa trilogia.

Tive o privilégio de conviver e usufruir da amizade de historiadoras das duas gerações, algumas delas, minhas professoras e, posteriormente, colegas. Graças a essa convivência sempre tive certeza de que fiz a escolha certa ao optar por esta profissão, a qual me dedico seguindo o exemplo de muitas delas.

Esta trilogia se refere a historiadoras que nos ensinaram e nos estimularam a recuperar o passado por caminhos tortuosos, mas instigantes

porque nos permite acompanhar e compreender as mudanças que ocorreram através dos tempos longo, médio ou curto.

Cabe louvar o trabalho do(a)s que organizaram a obra. A trilogia, no seu conjunto, valoriza o trabalho das historiadoras que, tanto do passado, como do presente, nos estimularam a seguir na mesma trilha das pioneiras. Nestes momentos sombrios, cabe a nós, professoras e pesquisadoras continuar ensinando, pesquisando e defendendo nosso ofício para fazer frente aos obscurantistas, de hoje, que desprezam o conhecimento do passado. Além de preencher uma grande lacuna, a trilogia que compõe a coletânea de estudos que está agora à disposição do grande público, mostra que com ousadia e dedicação, originalidade e inovação, o conhecimento histórico também pode ser um caminho para a emancipação, para a liberdade e para a consolidação da democracia. Os méritos de iniciativas como essas são vários, mas só seus leitores e leitoras poderão observar todos, inclusive, o de ser revolucionário no formato e nos resultados, inovador nas análises e original em sua proposta de investigação.

Maria Helena Rolim Capelato
Professora titular do Departamento
de História da FFLCH/USP

PREFÁCIO

As mulheres não tinham história – assim disseram a elas, e assim elas acreditaram. Desse modo, foi a hegemonia dos homens sobre os sistemas simbólicos que, de forma decisiva, prejudicou as mulheres.

Gerda Lerner

Quantas historiadoras, sociólogas, antropólogas e filósofas conhecemos na escola ou na universidade? De quais nomes de mulheres intelectuais recordamos mais rapidamente? As respostas por vezes reticentes a perguntas tão simples talvez possam dar uma pista acerca dos complexos processos de reconhecimento acadêmico, que estão na base dos relatos de fundação dos diferentes campos disciplinares. Sabemos que toda disciplina se apoia em um repertório de obras e autores que definem as fronteiras e o repertório de temas e questões de uma área de conhecimento. No território vasto da história intelectual e, de modo específico, na história da História, as mulheres nunca foram muito visíveis. Se acrescentarmos os marcadores de cor da pele e de sexualidade, aprofunda-se ainda mais essa invisibilidade: quantas historiadoras negras lésbicas lemos em nossa formação escolar? No mundo acadêmico, há muitos que ainda consideram tais questões irrelevantes, desqualificando-as por seu viés supostamente militante ou tributário de causas “identitárias”. Afortunadamente, iniciativas como as que se materializam neste primeiro volume da série “*As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da História*” sinalizam que talvez seja possível reverter tantos apagamentos.

É curioso observar como, a despeito de sua presença no mundo letrado ao longo do tempo, prevaleceu o silêncio acerca dos nomes de escritoras, pensadoras, produtoras e mediadoras culturais como objetos de pesquisa mais sistemática. É fácil constatar que a persistente invisibilidade da produção intelectual feminina é reforçada, em grande parte, pelas construções históricas dos cânones das diferentes áreas do campo literário e científico. Não são poucas as antologias e obras de referência sobre a

história da historiografia que, estampando predominantemente autores do sexo masculino, atestam e reproduzem tais silenciamentos.

Como todo ofício ou prática profissional, a História não se constituiu fora das relações desiguais e assimétricas da geopolítica da produção geral do conhecimento ou tampouco se constituiu como campo disciplinar desprovido das determinações de gênero, raça e classe social. Por conta de tais condicionamentos, a nossa memória disciplinar assumiu contornos específicos. Em torno da figura do historiador, desde a invenção do gênero historiográfico entre os antigos até a profissionalização de suas práticas com os modernos, sempre estiveram associadas virtudes epistêmicas, competências cognitivas e atributos morais considerados “inatos” a certos homens letrados, como o amor à verdade, a abnegação, a objetividade e a imparcialidade.

Quando pensamos na figura daquele que escreve a História, naturalmente nos vem a imagem de um homem branco. O próprio surgimento da figura de historiador no Ocidente permaneceu associado a dois nomes próprios masculinos fundadores de matrizes paradigmáticas da historiografia: os gregos Heródoto e Tucídides. Séculos mais tarde, a constituição da história como ciência no século XIX se desenrolou em um contexto em que as mulheres estavam destinadas a viver e atuar prioritariamente no espaço doméstico, com acesso restrito à educação formal. E assim, a partir da visão usual na história da historiografia, nos resignamos à inexistência de historiadoras, fazendo uso do argumento historicista de que a escrita da História manteve-se, por muito tempo, como monopólio masculino porque apenas os homens letrados dispunham de condições específicas para as atividades de pesquisa nos arquivos e de ensino nas universidades, nas quais se baseou a sua prática profissional. Com este argumento, naturalizamos a ideia de que toda a narrativa histórica carregava a perspectiva e o olhar dos seus autores, sendo prioritariamente voltada para as ações políticas dos grandes homens. A disciplinarização da prática historiográfica contribuiu para a própria invisibilidade do gênero como objeto e categoria analítica relevante para a investigação dos fenômenos históricos. Os estados-nação, que inspiraram e subvencionaram boa parte da ciência histórica no contexto oitocentista, proporcionavam apenas aos indivíduos brancos do sexo masculino o pleno direito de cidadania. No contexto europeu e estadunidense, como demonstrou o célebre estudo de Bonnie

Smith, as mulheres, excluídas por esses mesmos critérios, começaram a praticar a escrita da História na condição de amadoras, tendo que lidar com o estereótipo de longa duração que sempre as rebaixou aos degraus inferiores como produtoras de conhecimento.

De modo geral, os processos da constituição disciplinar da História foram notoriamente excludentes em relação à participação feminina nos círculos historiográficos profissionais. Não foi diferente no Brasil, onde as bases da pesquisa da história nacional forjaram-se em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ao longo do século XIX. Cerca de dez anos após a sua fundação, o IHGB emitiria o veto à primeira proposta de admissão de uma mulher em seu quadro de sócios, tornando evidente que, na “casa da memória nacional”, não havia espaço para representantes do sexo feminino, mesmo com virtudes letradas reconhecidas, como a escritora Beatriz Francisca de Assis Brandão. No parecer que justificou a recusa não faltaram elogios à poetisa, mas recomendava, ao final, que ela fosse recebida como “ornamento de uma sociedade literária, cujos fins não estivessem limitados à história e à geografia”. A orientação marcadamente androcêntrica da agremiação foi mantida por mais de 120 anos. Somente em 1965, o Instituto admitiria sua primeira sócia-correspondente, a historiadora portuguesa Virginia Rau e, em 1968, entre os sócios efetivos, a geógrafa Isa Adonias.

A galeria de pesquisadoras que compõe este volume, na qual figuram as pioneiras Alice Piffer Canabrava, Maria Yedda Linhares, Anita Novinsky, Cecília Maria Westphalen, Myriam Ellis e Eulália Maria Lahmeyer Lobo, sinaliza que, com a criação dos cursos universitários a partir dos anos 1930, abriram-se possibilidades de trajetórias mais bem afortunadas frente a esse passado de interdições e exclusões das mulheres na história intelectual no Brasil. Para as gerações subsequentes de historiadoras, formadas no contexto de expansão das condições de institucionalização e profissionalização da pesquisa, identificam-se percursos de formação e atuação acadêmicas que contribuíram para forjar linhagens interpretativas originais na história da historiografia brasileira, especialmente nos estudos históricos do período republicano, como atestam as obras de Emília Viotti da Costa, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Thereza Schorer Petrone, Katia Mattoso, Maria Beatriz Nizza da Silva, Suely Robles Reis de Queiroz, Maria de Lourdes Monaco Janotti, Laima Mesgravis, Maria Odila

Leite da Silva Dias, Maria Luiza Marcílio, Raquel Glezer, Sandra Pesavento e Eni de Mesquita Samara.

Com esta série de biografias, autobiografias (edição de memoriais) e registros de entrevistas com professoras historiadoras e cientistas sociais recém-aposentadas ou ainda atuantes na academia, Diogo Roiz, Rebeca Gontijo e Tânia Zimmermann fazem mais do que o trabalho incontornável e necessário de resgate e construção da memória para nos oferecer vasto material para uma história mais rica e completa do campo historiográfico e do pensamento social no Brasil. Com este e outros projetos semelhantes, quem sabe, não caberá mais às gerações vindouras o embarço de ter conhecido poucas ou quase nenhuma historiadora, socióloga, antropóloga ou filósofa em sua formação escolar e universitária.

Maria da Glória de Oliveira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Introdução

BIOGRAFIAS INTELECTUAIS: TRAJETÓRIAS DE PESQUISADORAS PIONEIRAS NOS ESTUDOS HISTÓRICOS BRASILEIROS

Diogo Roiz

Rebeca Gontijo

Tânia Zimmermann

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da História. O desenvolvimento da antropologia e a ênfase dada à família, a afirmação da história das “mentalidades”, mais atenta ao cotidiano, ao privado e ao individual, contribuíram para as fazer sair dessa sombra. E mais ainda o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou. (Duby e Perrot 1993, vol. 2, p. 7)

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais. (Perrot 2017, pp. 15-16)

1. Os historiadores normalmente não escrevem autobiografias. São muito esparsos (no tempo e no espaço) os casos em que este tipo de escrita é praticado entre esses profissionais; e é o que se nota em empreendimentos como *Ensaio de ego-história*, produzidos nos anos 1980, no qual os historiadores que participaram da iniciativa expressavam, em muitos casos, reações inusitadas em relação a escrever sobre si próprios, suas obras e suas pesquisas (Nora 1987). No caso das historiadoras, porém, tal feito é ainda mais raro, dadas as circunstâncias em que as mulheres estiveram durante muito tempo afastadas das universidades (como alunas ou

como docentes), da prática da pesquisa acadêmica e longe de ocuparem altos cargos; questão, aliás, que só começou a mudar no século XX. Aqui também o exemplo dos *Ensaio de ego-história* é muito representativo sobre esse ponto, uma vez que dos sete participantes havia apenas uma mulher, a historiadora Michelle Perrot (Nora 1987).

Em seu livro, *Tempos interessantes*, Eric Hobsbawm (2002) já dizia sabiamente que para se escrever autobiografias era preciso ler autobiografias. Mas se entre os historiadores elas eram esparsas, e, em alguns casos, as existentes de difícil acesso, o que dizer em relação às mulheres, que senão eram quase inexistentes, ao menos ainda mais raras para serem encontradas, mesmo entre os séculos XIX e XX (Smith 2003). Ao longo do século XX, é verdade, houve muitas tentativas de escrita biográfica e autobiográfica, mesmo entre os historiadores, que vieram a enriquecer esse painel. Basta constataremos textos como *A história continua*, de Georges Duby, ou *Negócios e ócios e Memórias de um historiador de domingo*, de Boris Fausto, para citarmos apenas três exemplos, entre muitos outros, de autobiografias; ou os estudos de François Dosse (sobre Pierre Chaunu, Michel de Certeau, Paul Ricoeur, ou Pierre Nora), de François Hartog (sobre Heródoto, ou Fustel de Coulanges), ou de Francisco Murari Pires (sobre Tucídides), para ficarmos apenas em alguns casos de estudiosos que se detiveram na prática da escrita de biografias intelectuais. Mas, se os casos entre os historiadores passaram a ser muito comuns, para as historiadoras continuavam sendo rarefeitas, incomuns e difíceis até de serem encontradas entre as existentes.

É bem verdade que esta é uma lacuna na história da historiografia que somente nas últimas décadas tem sido revista, e, contudo, até aqui apenas para o caso dos historiadores, como se elas, as historiadoras, não fossem dignas da mesma preocupação acadêmica. Obviamente, as fragilidades e omissões são perceptíveis no que diz respeito mesmo aos estudos feitos sobre os historiadores, em diferentes espaços e temporalidades, mas, sem dúvida alguma, a ausência de análises sobre as historiadoras se constitui em uma das lacunas historiográficas de maior envergadura de nosso tempo.¹

1. Não há dúvida que desde o final dos anos 1990 começavam a aparecer pesquisas nos Estados Unidos e na França, conjecturando a presença feminina nas universidades, mas ainda que importantes em suas contribuições para o tema, ressalte-se que

O que justificaria uma ausência como essa entre os estudos históricos praticados em nossas universidades? Por que as mulheres não aparecem com a mesma relevância que os homens nas pesquisas que são elaboradas sobre a produção histórica de um lugar (institucional), época ou nação? Como explicar tamanho silenciamento, senão por fatores ligados às relações de gênero e disputas pelo poder, que ocorrem em uma dada sociedade? De que forma seria possível romper tamanho esquecimento e demonstrar a contribuição das mulheres para a consolidação e renovação dos estudos históricos praticados nas universidades brasileiras, ou mesmo no exterior?

Evidentemente, não deixa de ser verdadeiro que perguntas como essas nos levam a pensar a conformação da história da historiografia brasileira a certas disputas pelo poder, que vieram a distanciar as mulheres da produção e divulgação do conhecimento histórico durante um longo período, e, conseqüentemente, dos processos de reconhecimento profissional.² Como é igualmente certo que depois da década de 1960, todo um novo contexto socioeconômico e cultural se abria, e não somente para a sociedade brasileira. No entanto, entender porque as mulheres que ingresavam nas universidades como professoras e pesquisadoras começavam a transpor tais barreiras e dilemas na profissão docente, assim como eram vistas as suas contribuições para a produção do conhecimento histórico e os respectivos processos de “reconhecimento profissional” foram até aqui tampouco estudados, foi uma de nossas maiores preocupações na execução desta pesquisa interinstitucional, e cujo norte foi justamente o de apresentar não somente que as mulheres fazem história, assim como a escrevem, pesquisam e formam, nesse percurso, gerações de novos pesquisadores e pesquisadoras no ofício de historiador e professor no Brasil.

A biografia intelectual permite estudar a trajetória de indivíduos, com especial atenção para a relação entre texto e contexto, sincronia e diacronia, letrados e letradas e movimento sociocultural. Ao serem construídas, tendo em vista um mesmo contexto e diferentes espacialidades, o

continuavam sendo belas exceções a uma regra de análise dos estudos históricos. É o que constata também Liblik (2019) em seu estudo da questão.

2. Para uma discussão da questão, ver: Honneth (2003) e Ricoeur (2007).

perfil e a atuação do grupo estudado podem muito bem iluminar pontos pouco ou nada conhecidos de um período histórico, colocando dessa forma novas questões para o campo da história da historiografia.

Foi nessa linha investigativa que o projeto que agora vem a público propôs elaborar um conjunto de biografias intelectuais de estudiosas da história do Brasil que foram pioneiras, a partir dos anos 1930, na delimitação de campos de pesquisa, na institucionalização de cursos de graduação e de programas de pós-graduação na área (de História ou afins) e na renovação dos estudos históricos brasileiros, especialmente os do período republicano. Nossa meta foi simultaneamente, com a proposta de elaboração destas biografias, a de fazer um conjunto de entrevistas com historiadoras (e cientistas sociais) ainda atuantes em nosso meio ou recém-aposentadas, e que possam ser úteis para futuras pesquisas sobre o período republicano e a formação do ofício de historiador no Brasil. Além disso, também foram produzidos pequenos ensaios autobiográficos por parte de algumas estudiosas; em outros casos, procedeu-se a edição de alguns memoriais acadêmicos, originalmente apresentados para o ingresso ao cargo de professora titular. Essa pesquisa contempla, portanto, quatro tipos de textos: a) pequenos ensaios biográficos, escritos por especialistas na área (que em muitos casos fez seu mestrado e/ou doutorado sobre a historiadora analisada); b) pequenos ensaios autobiográficos (escritos especialmente para este projeto, com base ou não em memoriais anteriores); c) edições de memoriais, revistos ou não, após o concurso (de livre-docência ou para titular); e d) entrevistas temáticas dirigidas especialmente para cada estudiosa, tendo em vista sua trajetória e produção.

O objetivo geral desta pesquisa foi elaborar um conjunto de biografias com pesquisadoras que foram pioneiras nos estudos históricos no Brasil, e cujas pesquisas ajudaram a promover uma renovação nos estudos sobre o período republicano brasileiro, ou de outros momentos da história do Brasil. Ao lado deste objetivo geral, encontravam-se outros dois específicos: a – o de elaborar um conjunto de biografias intelectuais de estudiosas da história do Brasil; b – e elaborar um conjunto de entrevistas e autobiografias (ou uso de memoriais) com profissionais ainda em atuação ou recém-aposentadas. Com isso, pretende-se mostrar caminhos sobre a história da historiografia brasileira ainda pouco conhecidos pelos estudiosos e pelo grande público.

Antes, porém, de delimitarmos as biografadas, autobiografias (ou memoriais) e entrevistas temáticas que foram produzidas e selecionadas é importante demonstrar o que justificou este tipo de investigação e a abordagem que foi definida para levar a cabo o empreendimento interinstitucional que foi realizado neste período.

2. Produções cinematográficas contemporâneas com protagonistas femininas retratando a vida de Frida Kahlo, Olga Benário Prestes, Camile Claudel e Carlota Joaquina podem ser reflexos de que homens e mulheres começavam a explorar o mundo das mulheres, mesmo que ainda consolidem os velhos estereótipos nestas produções. O mesmo acontece com produções biográficas como *Olga* (de Fernando Morais), *Ruídos da Memória* (de Marina Maluf) e *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo* (de Margareth Rago), as quais podem servir de referência para novas reflexões relacionadas às biografias e a História do Gênero (Zimmermann e Medeiros 2004, p. 31).

Atinentes a essa tendência também se arrazoa que recrudesceram os estudos que direcionaram as atenções às histórias individuais. Historiadoras e historiadores atentos à significação histórica de uma vida individual aquilatam novos sentidos a biografia. Com o sucesso editorial das biografias, as academias auferiram um acento à discussão da noção de indivíduo e de preocupações teórico-metodológicas com as relações entre biografia e história. Essa questão torna necessário apresentar algumas discussões pertinentes sobre os estudos que direcionaram as atenções às histórias individuais.

Para Jacques Le Goff, a biografia nos possibilita lançarmos um primeiro olhar sobre a complexidade de questões históricas. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, concedida em 2001, Le Goff teceu as seguintes considerações: “Acho que a biografia se aproxima da história total, que idealizávamos na Escola de *Annales*. Quando faço uma biografia, penso que devo, por meio de um personagem, chegar a uma explicação da sociedade daquele tempo” (*Folha de S. Paulo* 2001, p. E1). Giovanni Levi, em suas análises sobre a biografia, também sugere novas perspectivas para pensarmos a atuação de indivíduos na sociedade: “Nenhum sistema normativo é de fato suficientemente estruturado para eliminar toda a possibilidade de

escolha consciente, de manipulação ou interpretação das regras, de negociação. Parece-me que a biografia constitui nesse sentido o lugar ideal para se verificar o caráter intersticial – e ainda assim importante – da liberdade de que as pessoas dispõem, assim como para se observar a maneira como funcionam concretamente os sistemas normativos que nunca estão isentos de contradições” (Levi 1996, p. 179).

Ainda com relação ao trabalho biográfico, Roger Chartier expôs que nos processos dinâmicos, cujas relações sociais se desenham de maneira móvel e instável, também se abrem espaços significativos para as estratégias individuais. O autor assinala que Jaime Contreras, em sua obra *Sotos contra Riquelmes*, apresentou a questão de maneira esclarecedora: “Os grupos não anulavam os indivíduos, e a objetividade de suas forças não impedia estes de trilhar uma trajetória pessoal. As famílias [...] desenvolveram suas estratégias para ampliar suas esferas de solidariedade e de influência, mas seus homens, individualmente, também exerceram o seu papel” (Chartier 1994, p. 102).

As discussões acima apontam elementos importantes para repensarmos a construção da biografia histórica, pois diante da crise dos paradigmas da história, da própria racionalidade Ocidental, dos modelos de explicação totalizantes e do sujeito universal, acentua-se a busca pelo estudo temático e as biografias históricas passaram a ser também um exemplo dessa produção por permitirem um diálogo entre a micro e a macro-história. O que seria uma boa biografia? Deveríamos inserir o indivíduo no contexto colando o personagem na tela pronta e acabada? Segundo Benito B. Schmidt, o principal perigo está em tornar o personagem autômato em um espaço que já se encontrava formatado. Acredita o autor que seria mais proveitoso se deixar guiar pelo indivíduo estudado, uma vez que “suas experiências, suas relações sociais, suas interpretações de mundo, os espaços de sociabilidade por onde circulava e como estes podem lhe ter influenciado, as leituras realizadas e sua reelaboração pessoal, os códigos de moralidade da época e suas interpretações/manipulações próprias etc.” (Schmidt 2000, p. 123), são condições básicas necessárias para a análise de sua trajetória. O que dizer então das “ilusões” que podem ser causadas em uma biografia? Esse é o alerta certo que nos ofereceu Pierre Bourdieu (2005), ao questionar a linearidade estritamente ligada a projeções teleológicas em uma trajetória individual, sem que com isso sejam aflo-

rados os anseios, as dúvidas, as contradições, os desvios e as mudanças no percurso. Tudo isso faz parte de uma vida, e não foi diferente com as historiadoras aqui estudadas.

Ao repensar o feminino, busca-se trazer para o cenário não apenas o sexo frágil, mas a própria cultura feminina num amplo jogo de relações entre o público e o privado. Nesse sentido, Margareth Rago observa que “o feminismo questionou a lógica da identidade e as oposições binárias que construíram a interpretação masculina do mundo” (Rago 2001, p. 56). É contumaz e caberia então a nós, homens e mulheres, contribuir para desnaturalizar essa história. E concluímos com Rago: “Problematizar a relação estabelecida com o mundo, com o outro e consigo mesmo parece, assim, condição fundamental para que se possam abrir novas saídas mais positivas e mais saudáveis para o exercício da liberdade e a invenção da vida” (Rago 2001, p. 56).

Ao partilhar com a comunidade de historiadoras e historiadores da necessidade de continuamente escrever e reescrever a história a partir de uma posição do presente, que é o lugar da problemática da pesquisa, especialmente as de cunho histórico, percebe-se que ainda predomina, em muitos lugares a construção de identidades fixas para as mulheres e para os homens. Para elas cabe a maternidade enquanto função exclusiva do feminino, as tarefas domésticas e o espaço do privado e, sendo assim, muitas delas deixam de ser para existirem em função da dominação masculina.

Acredita-se, portanto, que a biografia histórica a partir da memorização de mulheres notáveis ou não possibilita recuperar alguns fragmentos da experiência tanto pública como privada, o que permite tirá-las das sombras do teatro da memória. E no caso de pesquisadoras, que foram pioneiras na produção de estudos históricos no Brasil, além de contribuírem diretamente com a renovação dos estudos sobre o período republicano pode, entre outras coisas, possibilitar que repensemos o período, como foi estudado, o que foi estudado, o que foi questionado e o que se deixou de analisar naquela época. Isso porque as mulheres já não são apenas “personagens anônimas” de nossa história, elas fazem parte do processo histórico, assim como buscam a sua interpretação e escrevem, portanto, novas histórias. E não somente como coadjuvantes, mas como partícipes

diretas. Muito embora seja apenas a partir dos anos 1960 que tenhamos começado a (re)pensar o seu papel em nossa história, a “história das mulheres”, assim como os “estudos de gênero”, têm se mostrado canteiros férteis, e certamente são fundamentais para que possamos compreender melhor o desenrolar dos processos históricos e o lugar ocupado pelas mulheres nas sociedades.

No entanto, se as mulheres do passado ganharam o *status* de poderem ser inquiridas e analisadas enquanto um objeto de pesquisa tão importante, como outrora cabia apenas aos homens, não tem se dado a mesma importância ao papel desempenhado pelas historiadoras, educadoras e cientistas sociais de nosso tempo (passado e presente). Veja-se a respeito o importante conjunto de entrevistas organizadas por Lourenço Dantas Mota (1981, 1982, 1982b) no início dos anos 1980 em *A história vivida*, num total de 50, divididas em 3 volumes, cujas únicas exceções foram os nomes de Alzira Vargas e Ivete Vargas, por estarem diretamente ligadas à figura emblemática de Getúlio Vargas na história política brasileira do século XX. O propósito da iniciativa foi reunir um conjunto de personalidades e intelectuais marcantes na história do Brasil, que atuaram durante o período de 1920 até os anos 1970. Foi também deste período, final dos anos 1980, a organização de *Inteligência brasileira*, feito por Ronaldo Moraes, Ricardo Antunes e Vera Ferrante (1986), em que são apresentadas situações, nomes e instituições fundamentais para a produção do pensamento social brasileiro no século XX, sem, contudo, ser aí incluído sequer uma única estudiosa.

Quase vinte anos depois, o mesmo Lourenço Dantas Mota (1999, 2001) procurou organizar em dois volumes, com a meta de construir uma *Introdução ao Brasil*, em um conjunto de apresentações, de “grandes obras sobre o Brasil”, para que a história do país fosse mais bem conhecida pelo grande público, assim como os textos ali reunidos figurassem como introduções aos iniciantes das humanidades. Com a apresentação de 37 obras representativas para a compreensão da história do Brasil, não há sequer a menção de uma historiadora na iniciativa com uma obra marcante para se entender o país – muito embora 11 destes textos tenham sido produzidos por estudiosas da história brasileira. No final dos anos 1990, José Carlos Reis (2017, 2006, 1999) começava a publicar sua trilogia sobre *As identidades do Brasil*. Em 18 instigantes análises que perfazem os três

volumes da iniciativa, não há a presença feminina em nenhum deles, que fosse primordial para a constituição de uma das várias formas, múltiplas e dinâmicas, em que as identidades do Brasil foram construídas pelos brasileiros, para formar o povo brasileiro. Em 2009, André Botelho e Lilia Schwarcz organizaram um volume para entender *Um enigma chamado Brasil*, com a apresentação de 29 intérpretes, em que as únicas ressalvas foram a inclusão de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Gilda de Mello e Souza nesta iniciativa. Note-se que a participação das mulheres no projeto não foi irrisória, elas assinam 14 dos 29 textos; irrisório é apenas o número de mulheres consideradas intérpretes para entender o enigma que se chama Brasil. Dez anos depois, em 2019, duas historiadoras, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, procuraram no livro *Três vezes Brasil* apresentar a obra e a trajetória de três historiadores: Alberto da Costa e Silva, Evaldo Cabral de Mello e José Murilo de Carvalho. Como se vê nessa rápida indicação o problema se mantém intacto, isto é, as mulheres se tornaram objeto de estudo nas pesquisas históricas, mas ainda não se busca com a mesma regularidade entender como elas interpretam o passado e contribuem com a produção do conhecimento histórico de uma dada sociedade, em um período específico, instituição de ensino, centro de pesquisa, ou mesmo de uma nação.

Estudos com esses perfis foram se avolumando, ao longo dos anos, no Brasil e no exterior. Ao reunir um conjunto de reflexões sobre os historiadores dos séculos XIX e XX, a coletânea organizada por Véronique Sales (2011) nem sequer cogita a presença ou a participação das historiadoras no processo de desenvolvimento dos estudos históricos, a partir de meados do século XIX. Dos dezenove historiadores selecionados, iniciando com Jules Michelet e terminando com o caso de Peter Brown, as mulheres são quando muito coadjuvantes no processo histórico, ou assistentes de seus maridos no levantamento de fontes e na elaboração de artigos e livros. Ou mesmo o importante projeto editorial elaborado por Pierre Nora nos anos 1980, que reuniu em seus *Ensaio de ego-história*, textos dos historiadores Maurice Agulhon, Pierre Chaunu, Georges Duby, Raoul Girardet, Jacques Le Goff e Réne Rémond, e para não dizer que não houve a participação de historiadoras, a representativa contribuição de Michelle Perrot (Nora 1987). Convém salientar sobre essa questão,

como já indicou Bonnie Smith (2003) em seu livro *Gênero e História*, que já no século XIX as mulheres tiveram um papel fundamental na condução das pesquisas de seus maridos, que ia muito além do mero levantamento e coleta das fontes documentais. Na verdade, elas participavam ativamente de todo processo de pesquisa, inclusive, opinando, (re)escrevendo partes dos textos, aconselhando cortes, revisões e até acréscimos. E aqui nem tampouco tratamos de historiadoras, mas sim de companheiras e esposas. Ao se visualizar o papel das historiadoras e estudiosas da história, em certas circunstâncias, seriam seus maridos que auxiliariam nesse processo de pesquisa, além de serem elas, evidentemente, as proponentes e escritoras dos textos históricos.

Ainda assim, vê-se imenso silêncio sobre o tratamento da questão, outrora visto por Michelle Perrot (2005), em relação ao tema e lugar das mulheres na História, e circunstanciado ao exame e as interpretações das fontes (ora vistas como fragmentárias e reduzidas, ora entendidas como insuficientes) e as leituras que foram feitas a respeito das mulheres do passado – vieram a mostrar todo um novo contexto sociocultural, para a compreensão daquelas sociedades e abriram espaço para o estudo de mulheres viajantes, escritoras, intelectuais, ativistas, professoras.³ Se o silêncio sobre as fontes, bem como sobre o estudo da história das mulheres, têm sido gradativamente arrefecido, em função da renovação dos estudos históricos contemporâneos, lastro semelhante ainda não se deu quanto ao tratamento que tem sido oferecido às historiadoras e às estudiosas da história no âmbito da história da historiografia brasileira ou internacional.

Note-se, acrescentando subsídios ao argumento, que de modo semelhante aos textos comentados acima foi o tratamento dado por Marnie Hughes-Warrington (2003), ao reunir “50 grandes pensadores da História”, no que tange ao papel que conferiu as historiadoras, isto é, totalmente ausentes na análise proposta. No painel que nos é apresentado pelos dois volumes de *História e historiadores no Brasil*, que abrange o período de 1730 a 1940, dos 21 nomes apresentados não há sequer uma única

3. Para maior detalhamento da questão, ver: Blay, Avelar e Rangel 2019; França 2015; Soihet 2011; França 2008.

mulher, o que contribui com o argumento posto há pouco sobre a falta de oportunidades de as mulheres ingressarem no ensino superior e no mercado de trabalho, e a demora na criação de nossas primeiras universidades e Faculdades de Filosofia, foi que lhes abriu depois novas oportunidades de formação e trabalho (Nicolazzi 2015; Varela, Oliveira e Gontijo 2015). Por sua vez, o empreendimento organizado por Maurício Parada (2012, 2013, 2014, 2018) de reunir os “historiadores clássicos da história”, em quatro volumes, num total de quase sessenta nomes, sequer cogita a importância ou a presença das historiadoras em sua iniciativa. Ao se deterem sobre a constituição da História como ciência, do século XIX até meados do XX, Julio Bentivoglio e Marcos Antônio Lopes (2013), organizadores do volume, *A constituição da História como ciência*, elegeram dez historiadores para representarem esse rol ilustre que vai de Ranke até Braudel. Desnecessário acrescentar que aí também não há nem sequer uma historiadora ou estudiosa da história no elenco selecionado para a análise proposta.

Quando passamos a observar com maior detalhamento os estudos historiográficos brasileiros parece pairar uma perspectiva segundo a qual a produção do conhecimento é feita apenas por homens.⁴ Desde os estudos clássicos de José Honório Rodrigues, nos anos 1940 e 1950, passando pelos importantes trabalhos de Francisco Iglésias, Francisco Falcon, Astor Diehl, José Roberto do Amaral Lapa, Nilo Odália, Fernando Novais, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas, Carlos Fico e Ronald Polito, nos anos 1960 até meados dos anos 1990, até pesquisas mais recentes, com os textos de Jurandir Malerba, Estevão Martins, ou de Manoel Luiz Salgado Guimarães, o quadro sequer é questionado. Em *Historiografia brasileira contemporânea*, Lapa (1981) nem mesmo trata da temática, e em *História e historiografia* (1985), quando as historiadoras aparecem na análise são coadjuvantes de um processo direcionado pelos historiadores. Nos ensaios que compõem o livro *Historiografia* de José Jobson Arruda (2014), Alice Canabrava é uma gota apresentada em um oceano de historiadores. Apesar de *Domínios da história e Novos domínios da história*, organizados por Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997, 2012), tratarem entre seus ensaios da história das mulheres e das relações de gênero, a

4. Para o caso dos estudos historiográficos estrangeiros, ver, entre outros: Burke (1992).

participação das historiadoras na produção do conhecimento histórico é apenas secundariamente tratada nos volumes. Mesmo em textos mais recentes, como *Uma introdução à história da historiografia brasileira*, Nicodemo, Santos e Pereira (2018) sequer mencionam o papel exercido pelas historiadoras na institucionalização deste campo de estudos entre 1870 e 1970. Até quando saímos das perspectivas canonizadas e passamos a observar as margens, nem mesmo nelas as historiadoras ou as cientistas sociais se projetavam nas análises. Tome-se como exemplo os dois volumes de *À margem dos cânones* (Trindade, Roiz e Costa 2013, Trindade, Costa e Meucci 2017), que entre os 19 ensaios reunidos nos livros, apenas o nome de Francisca Peeters é lembrado. E é nesse quadro, sinteticamente apreciado, que *A escrita do historiador* (Iokoi 2018) deve ser amplamente revisitada, inquirida e reformulada por historiadores e historiadoras.

É notório que este quadro não se reduz apenas ao campo dos estudos históricos e historiográficos. Em *Humanistas e Cientistas do Brasil*, organizado por Luiz Magalhães (2015), dos 21 cientistas selecionados como representativos para formarem as humanidades no país, as únicas ressalvas para o conjunto dos ensaios foram as inclusões dos nomes de Lygia Sigaud e Ruth Cardoso. Para o caso de *Cientistas sociais no Brasil*, organizado por Héliqio Trindade (2012) situação semelhante se observa entre os quinze perfis apresentados, nos quais se encontram Ruth Cardoso, Heleieth Saffioti, Maria do Carmo de Souza, Lygia Sigaud e Maria d'Alva Kinzo. Situação ainda mais avassaladora se verifica em *História biográfica e intelectual da ciência e da tecnologia*, organizada por Tiago Brandão (2020), na qual em seus 14 capítulos não há sequer a menção a uma única estudiosa. Curiosamente, mesmo no importante conjunto de ensaios que são apresentados em *O gênero nas ciências sociais* (Chabaud-Rychter, Descoutures, Devreux e Varikas 2014), em que as relações de gênero são apreciadas em releituras críticas das obras de Max Weber até Bruno Latour, nos 34 textos reunidos apenas Hannah Arendt é estudada, como se até o estudo das relações de gênero fosse uma iniciativa apenas de homens contribuindo com a produção do conhecimento.

Quando observamos análises produzidas em coletâneas como *Os filósofos clássicos da Filosofia*, organizada em três volumes por Rossano Pecoraro (2013), cujo lastro de análise cobriu mais de 40 estudiosos da

filosofia, a única exceção foi o nome de Hannah Arendt, no rol de filósofos dignos de serem estudados. Ao irmos para outros exemplos no campo das ciências sociais não é diferente o quadro apresentado. Em *Os antropólogos*, organizado por Everardo Rocha e Marina Frid (2015), dos doze selecionados entre os ensaios, as únicas exceções são Ruth Benedict e Margaret Mead. No caso da coletânea, *Os sociólogos*, organizada por Sarah Silva Telles e Solange Luçan de Oliveira (2018), o quadro é ainda mais est arrecedor, pois, dos 22 estudiosos selecionados, não há sequer uma única estudiosa, como se, de fato, não existissem sociólogas importantes para serem analisadas. Em se tratando dos teóricos, na coletânea *Clássicos da comunicação*, organizada por Leonel Aguiar e Adriana Barsotti (2017), dos 20 estudiosos selecionados, a única exceção foi o caso de Elisabeth Noelle-Neumann. No campo educacional, vê-se uma imagem semelhante a ser propagada, isto é, a quase total ausência de pesquisadoras. Em *Educação, poder e biografia pessoal*, organizado por Carlos Alberto Torres (2000), os nomes de Maxine Greene, Gloria Ladson-Billings e Jeannie Oakes são reunidos entre as 11 entrevistas que demarcavam o projeto. Tome-se ainda como exemplo o caso de *Pensadores sociais e história da educação*, coletânea organizada em dois volumes, com 30 pensadores elencados, dos quais apenas Hannah Arendt, Arlette Farge e Natalie Zamon Davis são as exceções às regras de campos científicos, compreendidos como científicos por serem praticados apenas por “homens”, e dos quais as imagens construídas nos trabalhos apenas ressaltam uma perspectiva autoimposta em diferentes formações sociais, em tempos e espacialidades distintas (Lopes e Farias Filho 2012; Farias Filho 2011). Em todas essas circunstâncias, o quadro que se apresenta é o de que as mulheres não fazem teoria, não produzem filosofia, não estudam sociologia, não ensinam ou produzem teorias educacionais, nem tampouco fazem antropologia. É óbvio que a própria limitação de ingresso das mulheres nas universidades, ou no mercado de trabalho, ao longo do tempo, contribuiu com um número reduzido de estudiosas, mas isso não quer dizer que não existam, como muitas obras têm mostrado.⁵

5. Veja-se, por exemplo: Guardia (2007); Isabelle Anchieta (2019a, 2019b, 2019c); Maria Luísa Ribeiro Ferreira (2010); Sebastião Pimentel Franco e Nicanor Palhares

Quando passamos a observar coletâneas que são organizadas com base em um rol de entrevistas, situação semelhante se apresenta. Veja-se o caso de *Reflexões sobre o saber histórico*, no qual Marcia Mansor d'Aléssio (1998) nos apresenta a trajetória e o percurso profissional de Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux; ou *As muitas faces da História*, em que Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (2000) nos mostra, em 9 entrevistas, o movimento da obra e da trajetória acadêmica de historiadores emblemáticos, onde a única ressalva foi o caso de Natalie Zamon Davis, incluída neste seletivo grupo; ou mesmo o caso de *Conversando com...*, organizado por Celso de Castro, Lucia Lippi e Marieta Ferreira (2003), que nos apresentam 11 entrevistas com historiadores, mas não traz o caso de nenhuma historiadora. Mas há também situações ainda mais significativas. Em *Conversas com sociólogos brasileiros*, dos 21 entrevistados, nota-se apenas os casos de Elisa Reis, Glaucia Villas Bôas e Maria Arminda Arruda (Bastos, Abrucio, Loureiro e Rego 2006). Nos dois volumes de *Conversas com economistas brasileiros*, dos 25 entrevistados a única exceção é o caso de Maria da Conceição Tavares (Biderman, Cozac e Rego 1996). Para o caso de *Conversas com filósofos brasileiros*, dos 16 entrevistados a única exceção é o nome de Marilena Chauí (Nobre e Rego 2000). Em *Conversas com historiadores brasileiros*, entre os 15 entrevistados é o que se mostra mais oportuno a participação de mulheres, com 5 casos – Maria Yedda Linhares, Emília Viotti da Costa, Maria Odila Leite da Silva Dias, Angela de Castro Gomes e Laura de Mello e Souza (Moraes e Rego 2002). Isso nos indica uma situação persistente no quadro dos estudos produzidos, seja no campo da pesquisa histórica ou em outras áreas do conhecimento, situando senão certa exclusão deliberada, ao menos uma minimização injustificável do papel exercido pelas mulheres no desenvolvimento de diferentes campos do saber. Evidentemente, esse é o tipo de situação difícil e demorada para ser retrabalhada e alterada na história da historiografia. Tanto é que no importante conjunto de análises, questões e reflexões que são apresentadas na coletânea, *Questões que incomodam o historiador*, organizada por Susani Silveira Lemos França (2013), sequer o tema foi tratado, o que nos mostra que mesmo recentemente a falta de estudos

Sá (2011); Margareth Rago (2013); Maria da Glória Oliveira (2018); Vidal e Vicentini (2019); Chalhoub e Pinto (2020).

sobre as historiadoras e estudiosas da história, ainda não incomodavam os historiadores em suas pesquisas e análises.

Em 2016, entretanto, Júlio Benvivoglio e Alexandre de Sá Avelar (2016) organizaram a coletânea *Afirmção da história como ciência no século XX*, com outros dez estudiosos, nos quais o nome de Arlette Farge aparecia no meio de um canteiro rodeado por homens, quer dizer, estudiosos como Hayden White, Jörn Rüsen, Michel de Certeau, Moses Finley, ou Robert Mandrou. Três anos depois, Júlio Benvivoglio e Alexandre de Sá Avelar (2019) na coletânea *O futuro da história*, em análise centrada sobre a produção e a trajetória de doze estudiosos da história, notam a importância de quatro estudiosas, com os trabalhos realizados por Joan Scott, Michelle Perrot, Lynn Hunt e Gabrielle Spiegel.

De forma sutil, ainda que um pouco subterrânea, as estudiosas da história começavam a apresentar-se entre as análises propostas pelos estudos históricos brasileiros e internacionais, depois de muito tempo apagadas ou silenciadas entre as análises propostas.⁶ O trabalho pioneiro de Maria Alice Rosa Ribeiro (1999), *As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil*, evidenciava já no final da década de 1990 a importância de Alice Canabrava, Olga Pantaleão, Mafalda Zamella, Myriam Ellis, e tantas outras estudiosas, para o desenvolvimento do campo da história econômica no Brasil. Ao primar por uma análise na qual homens e mulheres congregavam funções e papéis fundamentais para o desenvolvimento deste campo de pesquisa no Brasil, o texto de Ribeiro (1999, pp. 7-40) nos oferece um painel indispensável para entender como até no campo das pesquisas só é possível entender o movimento e a dinâmica da história, quando congregamos di-

6. É de se salientar que quando o projeto foi selecionado no edital Biografias em 2016, dava-se início a um processo de crescimento de um novo conservadorismo na política brasileira, que ao que tudo indica teve sua origem nos resultados das manifestações de 2013. E o que parecia tentar arrefecer os resultados de pesquisas sobre o racismo, as mulheres e as relações de gênero, os movimentos sociais e a formação da sociedade brasileira, coadunou-se em um verdadeiro lampejo pela liberdade de cátedra, de pesquisa e de apresentação de seus resultados. Tome-se a esse respeito apenas dois exemplos recentes: Green, Quinalha, Caetano e Fernandes 2018; Bohoslavsky, Motta e Boisard 2019.

ferentes ações, papéis e funções desempenhados por homens e mulheres.⁷ Conforme nota a autora:

Apesar da História Econômica aparecer como um gênero da historiografia desde os anos oitenta do século passado, ela era pouco sistematizada, não derivando de temas e problemas definidos, nem de uma metodologia específica. Até então tampouco se conheceram trabalhos femininos. A História Econômica era dominada por homens, e esta parecia ser também a situação de outros gêneros da História. E essa situação só mudaria a partir dos anos trinta, com a criação da Universidade de São Paulo. (Ribeiro 1999, p. 11)

Quando, em 2004, Eva Blay e Alice Lang procuraram repensar os horizontes que se abriam com o ingresso das mulheres nas universidades, em *Mulheres na USP* (2004), não somente apresentando investigação com dados quantitativos representativos, mas também com a inclusão de 6 entrevistas no volume, com pioneiras como Alice Canabrava, Olga Pantaleão ou Gilda de Mello e Souza, um novo leque de questões se formava para a compreensão e análise da temática. De forma semelhante, Carmen Silva Fonseca Kummer Liblik (2019) em sua tese de doutorado recentemente publicada, *Uma história toda sua*, mostra-nos o cruzamento das trajetórias de duas gerações de estudiosas da história brasileira, ao se debruçar na análise do período de 1934 a 1990. Para ela:

O que essas mulheres apresentam em comum, independente do contexto histórico no qual viveram, é o envolvimento com a História e a escrita histórica. Estamos falando do interesse, por parte delas, em elaborar narrativas sobre os acontecimentos do passado, reconstituindo vivências e eventos que lhes foram significativos. Neste ponto, destacamos como parte fundamental da análise desenvolvida nesta tese que o envolvimento das mulheres com a História precisa ser relacionado a uma questão epistemológica significativamente importante, qual seja,

7. Alguns anos depois, Ribeiro (2017) retoma a questão e aprofunda a análise para o caso da Universidade de São Paulo, demonstrando a contribuição decisiva das historiadoras para a formação e o desenvolvimento do campo da história econômica no Brasil.

a do pressuposto de que na constituição do cânone historiográfico ocidental, o sujeito do conhecimento e o autor é quase sempre masculino. Quando imaginamos um grande historiador, instintivamente o imaginamos homem, tanto é que com certa frequência ouvimos nos cursos mais tradicionais de História a expressão “o pai da história” – tendo como representantes Heródoto e Tucídides – sendo talvez muito excêntrico pensar na possibilidade de que a ciência histórica tenha uma “mãe”. (Liblik 2017, pp. 1-2)

A importância de demonstrar tais pontos além de evidenciar uma lacuna historiográfica que até pouco tempo se mantinha nos estudos históricos feitos em nosso país (e mesmo no exterior), também é o de destacar que este não é um trabalho que sai de um extremo para outro (e no lugar de elencar apenas homens, afirmar que só havia mulheres), mas sim o de produzir um balanceamento, uma certa harmonia e complementação, para subsidiar o olhar e a interpretação sobre as ações, os papéis e as contribuições de historiadoras e historiadores para o desenvolvimento dos estudos históricos brasileiros, a partir do século XX.⁸ A possibilidade de ampliar o recenseamento aqui iniciado nesta investigação embora nos seja tentador, e até pertinente, pelo que já foi exposto até agora, nos dá margem para construirmos as seguintes indagações: O que justificava esse silêncio, sobre as mulheres, suas histórias e atuações socioprofissionais, senão deliberada exclusão? Por que não se estudar as historiadoras e estudiosas da história de nosso tempo, ao lado do papel e importância já oferecida aos historiadores? Qual o papel que tiveram na constituição dos estudos históricos e no desenvolvimento dos cursos universitários de História e nos programas de pós-graduação? Quais questionamentos, inovações e abordagens trariam suas obras? E, em se tratando da história do Brasil, especialmente a do período republicano, quais as contribuições que as historiadoras e estudiosas brasileiras da história trouxeram para pensar e repensar a questão?

8. Como nos indica o importante trabalho de Claudinei Carlos Spirandell (2008), que traz importantes indagações e análises sobre essa questão e as relações de gênero no interior de uma universidade.

3. Foi no final dos anos 1960 que as primeiras reflexões sobre o movimento feminista começaram a ser feitas, refletindo, historiando e subdividindo os principais momentos do feminismo, suas teorias, histórias e ações (Cornnell e Pearse 2015). As indagações teóricas que foram produzidas nos anos 1970 e 1980 começaram a realçar a importância da presença das mulheres na história e os conflitos advindos das relações de gênero entre as sociedades (Hollanda 2019, 2019a, 2020). No entanto, como indica bell hooks (2019), em *Teoria feminista: da margem ao centro*, publicada originalmente em 1984, o grande problema nas indagações teóricas sobre as mulheres é que até então se limitavam a incluir mulheres brancas e ricas, quando o essencial era demonstrar que o centro das reflexões deveria ser pensar as intersecções entre raça, sexo e classe social.⁹ Só assim seria possível verificar que havia mulheres na “margem”, mas devido à condição socioeconômica e de cor existiam as que estavam “além da margem”. Ao mesmo tempo, bell hooks (2019a) nota em *O feminismo é para todo mundo*, que o grande problema não estava nos homens, mas sim nos sistemas que se perpetuavam ao redor da manutenção do patriarcado, do sexismo e da dominação masculina, que se mantinham mesmo entre as mulheres que formavam o pensamento e o movimento feminista. Era preciso congregiar e não separar, por outras vias, homens e mulheres, e encarar “essa realidade exigia uma teorização mais complexa: exigia reconhecer o papel que as mulheres tinham na manutenção e perpetuação do sexismo” (Hooks 2019a, p. 103).

Os debates que se formaram entre feminismo e marxismo, de um lado, e feminismo e pós-modernismo, de outro, manifestavam as formas pelas quais o volume de vozes e ações coadunavam em mudanças substanciais de perspectivas de análise, indo de uma história das mulheres para evidenciar as características historicamente definidas entre as relações de gênero (Benhabib 2018). Em certa medida, as interpretações de Judith Butler (2015) e Nancy Frazer (2007) prolongavam as ramificações dessas discussões. No caso de Butler (2015), contestando a própria fixação de

9. Questão que é, aliás, aprofundada na análise de Angela Davis (2016), ao demonstrar não somente os percalços na pesquisa histórica e sociológica para articular sexo, raça e classe social nas interpretações, mas inclusive como tais situações foram historicamente construídas na sociedade norte-americana, no Caribe e na América Latina.

um gênero entre os seres vivos, e para Frazer (2007, pp. 291-308) evidenciando a conexão entre o reconhecimento e a redistribuição. Os dois nortes foram fundamentais para se observar a construção da subjetividade feminina e as estratégias do movimento feminista para demonstrar os percalços ainda vividos pelas mulheres nas sociedades contemporâneas. Mas, as questões apresentadas não se limitavam à discussão e à contestação da construção das identidades sociais e culturais, elas se centravam, em muitos casos, na própria crítica do sistema político e econômico. Note-se que autores como Achille Mbembe (2018), Nancy Frazer (2020) e Silvia Federici (2017), apesar de suas diferenças, aproximam-se na necessidade de interpretar como se constrói hegemonicamente um sistema político e econômico, para tentar traçar estratégias de suplantar o sistema capitalista e a política neoliberal, e vir a propiciar a consolidação de uma sociedade antirracista, democrática e justa.¹⁰ Todas essas circunstâncias tiveram que ser refletidas durante a realização das pesquisas, que ocorreram, além do mais, durante o processo de aprovação de uma lei sobre a prática do ofício de historiador no Brasil.¹¹ Em relação às historiadoras não foi diferente, pois, vimos que somente a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que começavam a ingressar nas universidades como docentes e pesquisadoras as primeiras profissionais afrodescendentes e indígenas, razão pela qual facilmente se notará sua ausência, inclusive, neste estudo.

A constatação historiográfica até aqui apresentada nos mostra a importância do tema, além das restrições teóricas e metodológicas para sua investigação, presente em algumas dessas obras. Essa foi uma das razões que nos levaram a adotar uma estratégia de pesquisa e de análise das fontes, articulada com a bibliografia, para a construção de interpretações plausíveis

10. Para uma análise da história do movimento feminista no Brasil, ver: Teles 2017.

11. “No dia 18 de fevereiro de 2020, houve a aprovação da Regulamentação da Profissão de Historiador(a). A matéria foi enviada para a Presidência da República e foi integralmente vetada e enviada de novo para o Congresso Nacional sob título de Veto 10 / 2020. Finalmente, no dia 12 de agosto de 2020, em Sessão do Congresso Nacional, ocorreu a derrubada do veto e a Regulamentação da Profissão de Historiador(a) passou a ser uma realidade incontornável. A Lei foi promulgada e sua publicação ocorreu no dia 17 de agosto, sob o número 14.038 / 2020.” Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/5986-anpuh-cria-comissao-de-acompanhamento-da-regulamentacao>. Acesso em: agosto/2020.

e consistentes entre os volumes. Ao mesmo tempo, os textos não se limitaram a construção de ensaios biográficos, detalhando produção, atuação socioprofissional e contribuições para o campo dos estudos históricos, de cada historiadora estudada, mas sim fazer com que a obra fosse original em um ponto específico: ela é simultaneamente *fonte de pesquisa* (por agregar entrevistas temáticas, autobiografias e edições de memoriais) e *tentativa de nova interpretação* de nossa história da historiografia, a partir dos anos 1930. Com essa dupla função, o perfil dessa obra é polissêmico e inovador. Os quatro tipos de textos que nela se incluem mostram como as fronteiras entre objetividade e subjetividade, ciência e arte, sujeito e objeto, são extremamente tênues, fluídas e móveis no campo dos estudos históricos.

Alerte-se, de imediato, que nossa meta não foi buscar fazer uma re-censão, cuja única função seria imprópria e injustificavelmente de demolir os estudos comentados acima; antes disso, nosso objetivo é muito mais o de complementar os estudos já realizados, ao destacar a importância e o papel exercido pelas “historiadoras e estudiosas da história de nosso tempo” na renovação dos estudos históricos, em suas constantes e sempre continuadas (re)escrituras. Além do mais, entre as poucas exceções (como destacamos a pouco),¹² a essa injustificável regra, está o trabalho organizado por Marcos Antônio Lopes e Sidnei Munhoz (2010), que ao elencarem dezesseis “historiadores de nosso tempo”, incluem a presença de duas historiadoras: Michelle Perrot e Natalie Zemon Davis. Como destaca o historiador Francisco José Calazans Falcon na orelha do livro: “Boas escolhas, isto é, suficientemente representativas? Pensamos que sim! Claro, sempre haveria outras escolhas possíveis, mas este vem a ser justamente o grande mérito dos organizadores: o de terem ousado escolher alguns nomes, mesmo com o risco de deixar entre os esquecidos outros nomes igualmente significativos. Assim, quem sabe fica para outra oportunidade o resgate dos ‘esquecidos’”. E por que não ousar pensar não os “esquecidos”, mas sim as (regularmente) “esquecidas” historiadoras e estudiosas da história, na história da historiografia brasileira (ou mesmo internacional)? Por essa razão, propositalmente o título desse projeto se inspirou diretamente neste empreendimento, mas com o intuito, igualmente proposital, de elencar não os “historiadores” e sim as “historiadoras e estudiosas da história de nosso tempo”.

12. Veja-se também a coletânea organizada por: Dickmann 2017.

Evidentemente, não todas, que seria uma empresa vã e inevitavelmente incompleta, mas sim algumas “historiadoras e estudiosas da história de nosso tempo”, que foram fundamentais para se repensar e se reescrever a história brasileira, especialmente a relativa ao período republicano. A escolha das historiadoras deveu-se a dois pontos centrais. Primeiro, o pioneirismo que tiveram na análise de temas, objetos e fontes; depois, em função da ampla divulgação que obtiveram no país e no exterior. As inevitáveis exclusões também se deveram a alguns fatores. Fundamentalmente, ao fato de suas obras terem um caráter regional, quando não pela escassa divulgação das mesmas, inclusive em português. Ou ainda, pela própria dificuldade em destrinchar arquivos pessoais imensos e de difícil acesso. Somente anos de pesquisas poderiam transpor tais barreiras e não dispúnhamos de tempo nem de pesquisadores para levar a cabo a iniciativa neste momento. Mas, como se verá pela lista que se alcançou, mesmo nesses casos não deixamos de evidenciar a participação de algumas pesquisadoras, cujas obras tiveram um perfil estritamente regional, e ainda assim foram fundamentais para o desenvolvimento de cursos de graduação e de programas de pós-graduação a partir das décadas de 1950 e 1960 (inclusive fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo), viabilizando os estudos históricos em seus respectivos estados. Além disso, nosso filtro deveu-se ainda às limitações inevitáveis em qualquer tipo de trabalho coletivo, que é a de não poder incluir nomes, cujo estudo inicial não houvesse ao menos sido feito por algum(a) pesquisador(a) colaborador(a) que compõe a equipe. Nessa proposta, as historiadoras (e estudiosas da história) brasileiras demarcam o centro de nossas escolhas. Desse modo, e sabendo das limitações e das fragilidades desse tipo de escolha, optamos por tentar balancear o número de historiadoras brasileiras e de autobiografias (e memoriais) e entrevistas das profissionais em atuação ou recentemente aposentadas em nossa seleção.

Para que o projeto obtivesse uma articulação em seu conjunto, pretendeu-se que as pesquisas refletissem: a) formação e “influências” teóricas e metodológicas; b) conjuntura histórica e temas estudados, ou mais costumeiramente apresentados na obra; c) abordagem(ns) e conceitos utilizados; d) a importância da obra e seu lugar na história da historiografia; e) formação de grupos de pesquisadores(as) e escolas de pensamento e investigação do passado; f) e as linhagens e gerações de pesquisadores(as) que se formaram com suas contribuições aos estudos históricos brasileiros.

Com base nesses itens foi que propomos um conjunto de reflexões sobre algumas “historiadoras e estudiosas da história de nosso tempo”. O que nos faz refletir justamente um outro ponto: o de que nossa seleção não se fixa apenas em “historiadoras” *stricto sensu*, uma vez que a profissionalização na área além de recente (começava a partir da década de 1930, com a fundação das primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e seus respectivos cursos de Geografia e História), não exclui o fato de outras profissionais contribuírem diretamente com a produção de textos históricos (Roiz 2020, 2019, 2012). Daí a necessidade de indicar que nossas escolhas não se deveram exclusivamente a demarcação da profissional a área de História, mas sim a sua produção estar inserida e compreendida como sendo de “história”. Nesse caso, a seleção levou em consideração: 1 – profissionais que não sendo formadas na área de História contribuíram diretamente com a consolidação dos estudos históricos brasileiros; 2 – profissionais que sendo formadas na área, igualmente contribuíam com a sua consolidação; 3 – e estudiosas que possibilitaram o avanço dos estudos históricos brasileiros, especialmente os relativos ao período republicano.

A própria definição de pioneirismo foi aqui compreendida de forma ampla, isto é, não se reduzindo apenas às inovações e originalidades trazidas com a obra. Ao longo da pesquisa vimos situações como: 1. Um pioneirismo assentado no ingresso das primeiras mulheres em Faculdades de Filosofia no país, a partir dos anos 1930; 2. O pioneirismo sendo revelado pela iniciativa de criação de institutos e centros de pesquisa, para os quais a preservação da memória coletiva e das fontes documentais foram fundamentais para amparar o estudo de grupos marginais (política e culturalmente), e, muitas vezes, silenciados por regimes políticos, como a Ditadura civil-militar dos anos 1960 e 1970; 3. Situações em que o pioneirismo se dava pela administração de uma Faculdade ou Ministério, cujo norte era primar pelo respeito às diferenças étnico-raciais, culturais e de gênero; 4. Situações nas quais isso ocorria por meio da formação de grupos de pesquisa na área; 5. Ou na coordenação de projetos editoriais inovadores em revistas especializadas ou em editoras (comerciais ou universitárias); 6. E, evidentemente, aquelas em que tal pioneirismo se deu com a produção e divulgação da obra, bem como do percurso trilhado pela profissional. Não é demais acrescentar que houve circunstâncias em que mais de uma dessas características permeou a mesma profissional.

A seleção das pesquisadoras a serem estudadas para a elaboração das biografias intelectuais, autobiografias (ou memoriais) e entrevistas se

baseou nos critérios indicados acima. No caso da seleção de pesquisadoras para as entrevistas e autobiografias (e memoriais), que visam formar um conjunto de memórias que deverão contribuir para um conhecimento mais circunstanciado da formação do ofício de historiador, dos cursos de História e da história do Brasil republicano, considerou-se: distribuição geográfica das profissionais, diversidade étnica e racial e a contribuição para o campo dos estudos históricos brasileiros – tal como se verá no próximo volume: “*As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da História II: uma geração de pesquisadoras que consolidou os estudos históricos no Brasil*”. Obviamente, mesmo com todo trabalho empreendido, as lacunas serão evidentes, mas considerou-se um número plausível para a condução do projeto dentro de seu período de execução, entre novembro de 2016 e novembro de 2019. Além disso, com a conclusão do projeto, viu-se a possibilidade de formação de um verdadeiro programa de estudos e pesquisas a serem realizados nos próximos anos, destrinchando outras trajetórias e estudosas da história, revendo percursos, articulando linhagens intelectuais que se formaram com o tempo e procurando compreender suas organizações, ou mesmo rompendo velhas periodizações e interpretações da história da historiografia brasileira, no que diz respeito:

1. As relações de gênero e disputas institucionais pelo poder, pela verdade e pelo tipo de ciência a ser praticada;
2. O papel de homens e mulheres no desenvolvimento de cursos, no estudo de temas e questões, na análise de objetos e definição de novas abordagens de fontes e proposição de novas interpretações;
3. Ao desenvolvimento do ofício de historiador a partir do início do século passado;
4. Os usos e os abusos que foram feitos sobre o passado brasileiro e as disputas interpretativas que resultaram no delineamento da historiografia brasileira.

4. Esse primeiro volume traz algumas das pioneiras nos estudos históricos brasileiros, que se formaram entre os anos 1930 e 1970. Ao estudarmos as trajetórias intelectuais de Alice Piffer Canabrava (1911-2003); Maria Yedda Linhares (1921-2011); Anita Waingort Novinsky (1922-2021); Myriam Ellis (1923-2017); Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924-2011); Maria Thetis Nunes (1925-2009); Cecília Maria Westphalen (1927-2004); Emília Viotti da Costa (1928-2017); Maria Thereza Schorer Petrone (1929-2018); Maria Sylvia de Carvalho Franco; Katia Mattoso (1931-2011); Anna

Maria Martinez Corrêa; Maria Beatriz Nizza da Silva; Maria de Lourdes Monaco Janotti; Laima Mesgravis, Maria Odila Leite da Silva Dias; Suely Robles Reis de Queiroz; Maria Luiza Marcílio; Raquel Glezer; Nanci Leonzo; Elza Nadai; Sandra Pesavento (1945-2009) e Eni de Mesquita Samara (1948-2011), têm-se um verdadeiro painel do desenvolvimento da história da historiografia brasileira e das escritas sobre a história do Brasil no século XX, que contribui, inclusive, para o entendimento da formação do ofício de historiador, em bases institucionais e profissionais, com a fundação das primeiras universidades brasileiras, a partir da década de 1930. A riqueza e a variedade dos percursos impressionam, pelo que conquistaram, em função do que pesquisaram e como pesquisaram, como formaram grupos de pesquisadores e pesquisadoras, e de que forma definiram certas linhagens interpretativas na história da historiografia brasileira.

Todas tiveram em comum desbravar o conservadorismo então presente na sociedade brasileira dos anos 1930 aos anos 1960, e cujo patriarcalismo ainda era muito evidente no cotidiano das pessoas. Todas romperam valores, dilemas e preconceitos culturais, sociais e socioprofissionais. Todas mostraram com suas obras e seu trabalho a capacidade de pesquisa das mulheres nas universidades, rompendo valores arraigados na sociedade brasileira. Todas enfrentaram dilemas e conflitos pessoais e profissionais: a profissão, o casamento, os filhos, as pesquisas, a produção de textos e os valores culturais. Todas romperam limites estabelecidos para a mulher na sociedade brasileira. Todas elas, e muitas outras (que aqui não puderam estar presentes), marcaram indelevelmente a história da historiografia brasileira, com a definição de novos marcos temporais e conceituais, de forma a inovar de maneira original periodizações, temas, problemas e formas de se abordar e de se escrever a história do Brasil.

Entender como se formaram, de que maneira atuaram, o que produziram e que repercussão obtiveram as suas obras, não apenas suplanta uma lacuna (ainda) incompreensível na historiografia brasileira (onde as exceções são facilmente numeráveis), mas também permite que tenhamos um conhecimento pormenorizado dos usos que foram feitos do passado brasileiro, as disputas pelo poder nas relações de gênero, o rompimento de barreiras sexuais nas delimitações das profissões e na demarcação do papel a ser exercido por homens e mulheres na sociedade brasileira, que repercutiram, inclusive, sobre a maneira com que a escrita da história

deveria ser pensada, definida e praticada nas instituições de ensino e pesquisa, ou mesmo o tipo de história a ser ensinada nas escolas brasileiras.

* * *

Esse é o primeiro volume (de uma série de três) do projeto: *Biografias intelectuais: trajetórias de pesquisadoras pioneiras nos estudos históricos brasileiros*, que foi contemplado no edital, *Memórias Brasileiras: “Biografias”*, lançado pela Capes em 2014, e cujo resultado foi divulgado em 2016. Agradecemos a Capes as bolsas de pós-doutorado (1), e ao bolsista Tiago Alinor Hoissa Benfica, e de Iniciação Científica (2), e aos bolsistas Julia Daiuto Eckhardt Xavier e Celso Philipe Monteiro de Barros, além de contribuir diretamente com a edição deste e dos outros volumes desta série de estudos. Agradecemos aos amigos, pesquisadoras e pesquisadores, que fizeram parte da iniciativa, acreditando no bom andamento do trabalho coletivo até a sua conclusão; assim como das estudiosas que nos concederam seu tempo, fornecendo valiosas entrevistas ou escrevendo pequenos ensaios autobiográficos (ou nos autorizando a editar e publicar seus memoriais acadêmicos), e dividindo conosco sua rica trajetória de vida. Agradecemos às instituições que nos atenderam com imensa atenção e nos permitiram pesquisar em seus arquivos; além dos familiares que nos deram acesso à documentação pessoal de seus entes queridos. Agradecemos as nossas universidades, locais onde trabalhamos e nos foi oferecido um ambiente de trabalho propício à execução da pesquisa interinstitucional. Agradecemos igualmente aos professores Horacio Gutiérrez (USP) e Jonas Rafael dos Santos (Unesp) e à professora Ida Lewkowicz (Unesp) por seus comentários ao longo do desenvolvimento do projeto e contribuírem diretamente com o contato que tivemos com várias profissionais. Agradecemos também ao apoio institucional que recebemos da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), da Associação Nacional de História (Anpuh-Brasil) e do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (Cedhal). Por fim, agradecemos à Editora Mercado de Letras, que venceu a concorrência do Edital, e onde são publicados os três volumes desta série de estudos.

Mato Grosso do Sul/Rio de Janeiro,
março de 2018/dezembro de 2019

Referências

- AGUIAR, L. e BARSOTTI, A. (orgs.) (2017). *Clássicos da comunicação: os teóricos*. Petrópolis: Vozes.
- ANCHIETA, I. (2019a) *Imagens da mulher no Ocidente moderno: bruxas e tupinambás canibais*. São Paulo: Edusp, vol. 1.
- ANCHIETA, I. (2019b). *Imagens da mulher no Ocidente moderno: Maria e Maria Madalena*. São Paulo: Edusp, vol. 2.
- ANCHIETA, I. (2019c). *Imagens da mulher no Ocidente moderno: stars de hollywood*. São Paulo: Edusp, vol. 3.
- ARRUDA, J. J. A. (2014). *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda.
- BASTOS, E. R.; ABRUCIO, F.; LOUREIRO, M. R. e REGO, J. M. (orgs.) (2006). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34.
- BENHABIB, S. et al. (2018). *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*. São Paulo: Editora Unesp.
- BENTIVOGLIO, J. e AVELAR, A. S. (orgs.) (2018). *A afirmação da história como ciência no século XX: de Arlette Farge a Robert Mandrou*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (org.) (2019). *O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*. Vitória: Milfontes.
- BENTIVOGLIO, J. e LOPES, M. A. (orgs.) (2013). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes.
- BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. e REGO, J. M. (orgs.) (1996). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2 vols.
- BLAY, E. A. e LANG, A. B. S. G. (2004). *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Humanitas.
- BLAY, E. A.; AVELAR, L. e RANGEL, P. (orgs.) (2019). *Gênero e feminismos: Argentina, Brasil, Chile em transformação*. São Paulo: Edusp.
- BOHOSLAVSKY, E.; MOTTA, R. P. S. e BOISARD, S. (orgs.) (2019). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda.

- BOTELHO, A. e SCHWARCZ, L. (orgs.) (2009). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre (2005). “A ilusão biográfica”, in: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- BRANDÃO, T. (org.) (2020). *História biográfica e intelectual da ciência e da tecnologia: atores, ideias e identidades*. Portugal: Instituto de História Contemporânea.
- BURKE, P. (org.) (1992). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp.
- BUTLER, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.) (1997). *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____. (org.) (2012). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus.
- CHABAUD-RYCHTER, D.; DESCOUTURES, V.; DEVREUX, A-M. e VARIKAS, E. (orgs.) (2014). *O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. São Paulo: Editora Unesp.
- CHALHOUB, S. e PINTO, A. F. M. (orgs.) (2020). *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.
- CHARTIER, R. (1994). “A História hoje: dúvidas, desafios, propostas.” *Estudos Históricos*, vol. 7, nº 13, Rio de Janeiro, pp. 97-113.
- COLOMBO, S. (2001). “Visões do poente. Le Goff e Hobsbawm mapeiam o Ocidente.” *Folha de S. Paulo*, ano 80, nº 26.251, 15 fev., São Paulo, pp. E1 e E3.
- CORNELL, R. e PEARSE, R. (2015). *Gênero, uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos.
- D’ALÉSSIO, M. M. (1998). *Reflexões sobre o saber histórico: entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Unesp.
- DAVIS, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial.

- DICKMANN, I. (org.) (2017). *História: historiadores e historiadoras*. São Paulo: Clube de Autores; Dialogar.
- DUBY, G. (1996). *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- DUBY, G. e PERROT, M. (orgs.) (1993). *História das mulheres*. Portugal: Afrontamento, vol. 2.
- FARIAS FILHO, L. M. (org.) (2011). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- FAUSTO, B. (2010). *Memórias de um historiador de domingo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1997). *Negócios e ócios: histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FEDERICI, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- FERREIRA, M. L. R. (2010). *As mulheres na Filosofia*. Portugal: Colibri.
- FRANÇA, J. M. C. (2008). *Mulheres Viajantes no Brasil (1773-1820)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- FRANÇA, S. S. L. (org.) (2013). *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.
- _____. (2015). *Mulheres dos outros: os viajantes cristãos nas terras a oriente (séculos XIII-XV)*. São Paulo: Editora Unesp.
- FRANCO, S. P. e PALHARES SÁ, N. (orgs.) (2011). *Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação*. Vitória: Edufes.
- FRAZER, N. (2020). *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária.
- _____. (2007). “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação.” *Estudos Feministas*, vol. 15, nº 2, Florianópolis, pp. 291-308.
- GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M. e FERNANDES, M. (orgs.) (2018). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.
- GUARDIA, S. B. (org.) (2007). *Mujeres que escriben en América Latina*. Lima, Peru: Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina.

- HOBSBAWM, E. J. (2002). *Tempos interessantes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOOKS, B. (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (2019a). *O feminismo é pra todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- HOLLANDA, H. B. (org.) (2019). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazer do Tempo.
- _____. (org.) (2019a). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazer do Tempo.
- _____. (org.) (2020). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazer do Tempo.
- HONNETH, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- HUGHES-WARRINGTON, M. (2002). *50 grandes pensadores da história*. São Paulo: Contexto.
- IOKOI, Z. M. G. (org.) (2018). *A escrita do historiador: cosm visões em conflitos*. São Paulo: Editora Unesp.
- LAPA, J. R. A. (1981). *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1985). *História e historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LE GOFF, J. (1990[1998]). “Wie schreibt man eine Biographie?”, in: *Wieggeschichte gescrieben wird*. Trad. Matthias Wolf. Berlin: Verlag Klaus Wagenbach, pp. 103-112.
- LEVI, G. (1996). “Usos da Biografia”, in: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 167-182.
- LIBLIK, C. S. F. K. (2017). *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras*. Tese de Doutorado em História. Curitiba: UFPR.
- _____. (2019). *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras*. Curitiba: Editora da UFPR.

- LOPES, E. M. T. e FARIAS FILHO, L. M. (orgs.) (2012). *Pensadores sociais e história da educação II*. Belo Horizonte: Autêntica.
- LOPES, M. A. (org.) (2007). *Ideias de História: tradição e inovação de Maquiavel a Herder*. Londrina: Eduel.
- LOPES, M. A. e MUNHOZ, S. J. (orgs.) (2010). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.
- MAGALHÃES, L. E. (org.) (2015). *Humanistas e cientistas do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- MBEMBE, A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições.
- MORAES, J. G. V. e REGO, J. M. (orgs.) (2002). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34.
- MORAES, R.; ANTUNES, R. e FERRANTE, V. (orgs.) (1986). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- MOTA, L. D. (coord.) (1981-1982). *A história vivida*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 3 vols.
- _____. (org.) (1999). *Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico I*. 2ª ed. São Paulo: Senac.
- _____. (org.) (2001). *Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico II*. São Paulo: Senac.
- NICODEMO, T. L.; SANTOS, P. A. C. e PEREIRA, M. H. F. (2018). *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- NICOLAZZI, F. (org.) (2015). *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República, 1870-1940*. Porto Alegre: PUC/RS.
- NOBRE, M. e REGO, J. M. (orgs.) (2000). *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34.
- NORA, P. (org.) (1987). *Ensaio de ego-história*. Portugal: Edições 70.
- OLIVEIRA, M. G. (2018). “Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia.” *História da Historiografia*, vol. 11, nº 28, pp. 104-140.
- PALLARES-BURKE, M. L. (2000). *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Unesp.

- PARADA, M. e RODRIGUES, H. E. (orgs.) (2018). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil. Dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues*. Petrópolis: Vozes, vol. 4.
- PARADA, M. (org.) (2012). *Os historiadores: clássicos da história. De Heródoto a Humboldt*. Petrópolis: Vozes, vol. 1.
- _____. (org.) (2013). *Os historiadores: clássicos da história. De Tocqueville a Thompson*. Petrópolis: Vozes, vol. 2.
- _____. (org.) (2014). *Os historiadores: clássicos da história. De Ricoeur a Chartier*. Petrópolis: Vozes, vol. 3.
- PECORARO, R. (org.) (2013). *Os filósofos clássicos da Filosofia*. Petrópolis: Vozes, 3 vols.
- PERROT, M. (1989). “Práticas da Memória Feminina.” *Revista Brasileira de História*, vol. 8, n° 18, São Paulo, pp. 9-18, ago/set.
- _____. (2005). *As mulheres ou o silêncio da história*. São Paulo: Edusc.
- _____. (2017). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.
- RAGO, M. (2001). *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabri e o Anarquismo Contemporâneo*. São Paulo: Editora da Unesp.
- _____. (2013). *A aventura de contar-se – Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora Unicamp.
- REIS, J. C. (1999). *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV.
- _____. (2006). *As identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: FGV.
- _____. (2017). *As identidades do Brasil: de Carvalho a Ribeiro*. Rio de Janeiro: FGV.
- RIBEIRO, M. A. R. (1999). “As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil.” *Revista História Econômica & História de Empresas*, vol. 2, n° 2, pp. 7-40.
- _____. (2017). “Lutas e conquistas das primeiras historiadoras em História Econômica, 1934-1972”, in: SAES, A. M.; RIBEIRO, M. A. R. e SAES, F. A. M. (orgs.) *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, pp. 141-206.

- RICOEUR, P. (2007). *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Edições Loyola.
- ROCHA, E. e FRID, M. (orgs.) (2015). *Os antropólogos: de Edward Tylor a Pierre Clastres*. Petrópolis: Vozes.
- ROIZ, D. S. (2012). *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino*. Curitiba: Editora Appris.
- _____. (2019). *Para ser historiador no Brasil: a história de um país e o ofício de historiador entre Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.
- _____. (2020). *O curso de Geografia e História da FFCL/USP e a constituição de um campo disciplinar em São Paulo (1934-1968)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.
- SALES, V. (org.) (2011). *Os historiadores*. São Paulo: Editora Unesp.
- SCHMIDT, B. B. (2000). “A Biografia Histórica”, in: GUAZELLI, C. A. B.; PETERSEN, S. R. F.; SCHMIDT, B. B. e XAVIER, R. C. (orgs.) *Questões de Teoria e Metodologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 121-129.
- SCHWARCZ, L. e STARLING, H. (2019). *Três vezes Brasil: Alberto da Costa e Silva, Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- SMITH, B. G. (2003). *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: Edusc.
- SOIHET, R. (2011). “História das mulheres”, in: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, pp. 263-284.
- SPIRANDELL, C. C. (2008). *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL/USP (1934-1969)*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP.
- TELES, M. A. A. (2017). *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.
- TELLES, S. S. e OLIVEIRA, S. L. (orgs.) (2018). *Os sociólogos: de Auguste Comte a Gilles Lipovetsky*. Petrópolis: Vozes.

- TORRES, C. A. (org.) (2000). *Educação, poder e biografia pessoal: diálogos com educadores críticos*. Porto Alegre: Artmed.
- TRINDADE, A. D.; ROIZ, D. S. e COSTA, H. (orgs.) (2013). *À margem dos cânones: pensamento social e interpretações do Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR.
- TRINDADE, A. D.; MEUCCI, S. e COSTA, H. (orgs.) (2017). *À margem dos cânones: pensamento social e interpretações do Brasil II*. Curitiba: Editora da UFPR.
- TRINDADE, H. (org.) (2012). *Ciências sociais no Brasil: diálogos com mestres e discípulos*. Brasília: Anpocs; Liber Livro Editora.
- VARELLA, F.; OLIVEIRA, M. G. e GONTIJO, R. (orgs.) (2015). *História e historiadores no Brasil: da América Portuguesa ao Império do Brasil, 1780-1860*. Porto Alegre: PUC/RS.
- VIDAL, D. G. e VICENTINI, P. P. (orgs.) (2019). *Mulheres inovadoras no ensino (São Paulo, séculos XIX e XX)*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.
- ZIMMERMANN, T. R. e MEDEIROS, M. M. (2004). "Biografia e Gênero: repensando o feminino." *Revista de História Regional*, 9(1), pp. 31-44, verão.